

Avanços e limites do processo bolivariano

*Mariana de Oliveira Lopes **

Resumo: Neste artigo buscamos analisar algumas medidas políticas em direção à classe trabalhadora sob o governo Chávez na Venezuela, a partir de 1999, com a criação da nova Constituição. Analisaremos o papel de algumas Missões, Ocupações de fabricas, Conselhos Comunais etc. Com isso avaliamos em que medida estas políticas de Estado, contribuem para a mobilização e organização da classe trabalhadora para a construção do socialismo.

Palavras-chave: Governo Chávez; políticas de Estado; organização; revolução.

Advances and limits of the Bolivariano process

Introdução

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no mestrado e tem como objetivo trazer o debate sobre a experiência da chamada “revolução bolivariana” na Venezuela sob o governo de Hugo Chávez Frías. Analisamos esta situação atual concreta, seus avanços e limites rumo a uma mudança radical em direção ao Socialismo. Para isso realizamos um recorte avaliando algumas políticas de Estado neste período que vai de 1999 com a nova Constituição até dias atuais, em relação às classes populares. Nos primeiros anos de Chávez foi assinada a Nova Constituição, que previa algumas mudanças legais na área social como: Ampliação dos direitos humanos, Inserção e reconhecimento dos povos indígenas, Participação cidadã no aparelho estatal, mudanças na Lei de Terras com a transferência de terras beneficiando criação de cooperativas etc. Entretanto foi só após 2003, quando Chávez e seu governo se estabilizaram, pós-Golpe e insurreições, que ele pôde levar o cabo algumas políticas de Estado que fizeram muitos teóricos interpretarem-nas como revolucionária e progressista. As principais políticas foram as chamadas Missões. Algumas destas são: a Missão Bairro Adentro, num convênio entre Venezuela e Cuba para levar médicos cubanos a bairros pobres da Venezuela. Depois Missão Robinson, missão educativa para erradicar o analfabetismo no país (também Missão Ribas e Sucre de bolsas de estudo universitário). Missão Mercal, com o objetivo de construir armazéns e supermercados com alimentos de primeira necessidade a baixos preços, e com isso beneficiar as cooperativas do país em detrimento das grandes empresas monopolistas

* Mestranda em Ciências Sociais pela Unesp/Marília, pesquisadora do GEPAL. End. eletrônico: marylopy@yahoo.com.br

internacionais do setor alimentício. Missão Piar para criarem cooperativas e comitês de construções de casas, recuperação ambiental etc. Missão Vuelvan Caracas com objetivo de transformar a estrutura produtiva do país, criar emprego produtivo e superar a dependência petroleira e a Missão Zamora com o intuito de dar conteúdo ao artigo 307 da Constituição de abolição do latifúndio. Outra política de Estado que favoreceu uma camada das classes populares foi a expropriação de algumas fábricas sob controle operário e em regime de cogestão com o Estado. Exemplos disso foram a Venepal (venezuelana de papel, hoje Invepal), a Central Nacional de Válvulas no estado de Miranda hoje denominada Inveval sob controle operário em um Conselho de Fábrica, a Invetex (Venezuelana de têxtil) que é dividida em sociedade (estado e o proprietário Mishkin) e a Alcasa (alumínio) e o caso da Sanitários Maracay sob controle operário. Mais um exemplo de avanço no plano social foi a criação dos “Círculos Bolivarianos” que tinham como objetivo organizar e formar as classes populares. Em 2006 foram criadas os Conselhos Comunitários fruto dos “Cinco motores revolucionários”, com objetivo de seguir a idéia de orçamento participativo.

O objetivo do presente trabalho é analisar em que medida estas políticas de Estado contribuem de fato para a organização da classe trabalhadora e para a revolução.

Contextualização

O contexto político e econômico anterior à Chávez era de descontentamento, resultado do fim da democracia representativa “puntofijista” e das políticas do governo Carlos Andrés Pérez, que levaram ao *Caracazo*. Neste contexto, a eleição de Chávez significou o início de um período onde um novo regime político se formava, tendo como ápice a conformação de um novo bloco no poder. A Constituição deste novo bloco hegemônico revela a tentativa de se estabelecer uma nova composição política das frações que compõem as classes dominantes venezuelanas. Uma das principais características deste novo bloco foi a abertura e possibilidade de beneficiar em parte as classes populares por meio de políticas de Estado. Resta-nos saber se estas políticas direcionam o país para a revolução socialista ou na verdade são políticas fruto da luta de classes e enfrentamento com o Estado capitalista, que em seu limite é uma possibilidade de espaço de mobilização da classe trabalhadora.

Durante os primeiros anos do governo Chávez, os teóricos se dividiam quanto a sua interpretação em relação à política econômica. Segundo Ellner (2006), seus adversários afirmavam que Chávez era um neoliberal devido as suas conservadoras

políticas fiscais. Mas os esforços de não-privatização das indústrias de alumínio e petróleo e do sistema de segurança social deram o espaço para chamarem de anti-neoliberal conforme Blanco, 2002. Ellner explica este fenômeno dizendo que assim como a situação que se encontravam os governos de centro-esquerda de Caldera em 1994 (Venezuela), Fernando de La Rúa (Argentina), Ricardo Lagos (Chile), Chávez não conseguiu definir seu anti-neoliberalismo em específico, nem diferenciar suas políticas daquelas da substituição de importação que aplicavam no passado (ELLNER, 2005, pp.47-51).

Para outros autores, em contrapartida, como Edgard Lander, Alan Woods, Franz Lee, Eduardo Molina etc., todos venezuelanos, a Venezuela estaria passando por um processo de transição, revolucionário, direcionando-se para o Socialismo. Prova disso seriam suas políticas em direção as classes populares. Outros autores como Tony Negri, John Holloway e Marta Harnecker, acreditam que as mudanças na Venezuela devem vir debaixo, nas comunidades de forma horizontal, como por exemplo, através dos Conselhos Comunais.

Enfim, foram diversos os debates sobre o caráter da política chavista, se ele se definia como revolucionário, ou reformista neoliberal etc. Para podermos interpretar o governo Chávez e o caráter de suas políticas desenvolveremos no próximo tópico as principais políticas em direção as classes trabalhadoras.

As políticas de Estado capitalista sob governo Chávez: organização da classe trabalhadora?

Chávez desde sua eleição teve as classes populares como classe apoio de seu governo. Os chavistas de base afirmam ser independentes de qualquer partido e militam em organizações tais como os Círculos Bolivarianos que durante primeiros anos de seu governo mantinham discussões políticas e tinham como responsabilidade convocar as bases chavistas a participar das mobilizações, como, por exemplo, no golpe de Estado em 11 de abril de 2002, em Miraflores.

Entretanto, conforme Ellner 2006, as organizações sociais chavistas tem tido vida curta. Os *Círculos*, que se baseavam nas comunidades; *a Clase media en Positivo*, que agrupavam profissionais e outros que viviam em zonas prósperas, *Fuerza Bolivariana de trabajadores* (sindicalistas), praticamente desapareceram ao ingressar seus membros em outras organizações. Em começo de 2004, algumas destas pessoas se

uniram nas Unidades de batalha Eleitoral (UBE), que recorriam os bairros para as pessoas votarem *Não* no referendo.

Com a derrota do Paro em 2003, Chávez teve a possibilidade de aplicar leis e implementar programas e práticas sociais em direção às classes populares. Para Ellner (2006), as atividades patrocinadas pelo governo se inspiram em praticas do passado, mas põem em evidencia novas metas e focos de atenção.

Por exemplo, as chamadas Missões. O governo tem estabelecido políticas de Estado para solucionar alguns problemas imediatos como saúde, educação, etc. Em 2005 afirmou que 1,5 milhões de analfabetos tinham aprendido a ler através da missão Robinson. Outro exemplo são as cooperativas de trabalhadores. O ministério para a Economia Popular estimula criação de cooperativas proporcionando capital inicial. Um exemplo foram as cooperativas de alimentos, Mercal, para competir com o principal grupo monopolístico internacional, Polar. Outra política é a de cogestão. Depois do paro de 2002 e 2003, os presidentes da federação dos trabalhadores petroleiros Rafael Rosares e Nelson Nunez foram escolhidos para representar os trabalhadores na junta diretiva da PDVSA. Em 2005 Chavez escolheu Carlos Lanz para dirigir a estatal de alumínio Alcasa, para implementar a cogestão. Ocupações feitas por trabalhadores depois do Paro quando muitas empresas fecharam por seus patrões e não pagaram indenizações aos trabalhadores, como por exemplo, a Venepal, Inveval, Sanitarios Maracay, são outro exemplo de abertura e beneficios às classes trabalhadoras. Distribuição de terras devido ao artigo 307 da Constituição contra o latifundismo. Além da criação dos Conselhos comunais em todos os bairros com objetivo de controle e ação dos moradores com verbas para solucionar problemas imediatos, baseado na idéia de orçamento participativo.

Mesmo com estes programas desenvolvidos durante o governo Chávez, que estabelecem novas metas e orientações, percebemos que em sua essência não alteram as relações de produção existentes na Venezuela. Ou seja, não alteram ou até agora não alteraram as bases materiais que se assenta o país, qual seja, o da propriedade privada e a exploração do capital sobre o trabalho. Se entendermos revolução, do ponto de vista marxista, como acima mencionado, como as bases necessárias para a construção do Socialismo, através da dominação política da classe explorada, a tomada do poder estatal e sua destruição, como afirmou Lênin em Estado e a Revolução, então a Venezuela em seu limite, abre espaços para este caminho. Principalmente no que se refere às ocupações de fábrica. Ao se entrevistar (INVEVAL, 2008) os operários da

Inveval, por exemplo, pudemos perceber o quanto, estão mobilizados e organizados em Conselhos de Fábrica. Entretanto, esta organização não é fruto da espoliação do Estado, mas da luta de classes.

Conclusão

Com esta análise percebemos que o governo Chávez se caracteriza por um caráter reformista e até progressista, mas que não contribui em essência para transformar a estrutura socioeconômica do país, que ainda vive em sua maioria na pobreza, desemprego, indigência, insegurança e na dependência externa tanto de produtos primários como secundários. De todas as investidas o que se percebeu foi um avanço maior em direção a erradicação do analfabetismo e uma melhoria na saúde. Entretanto estas Missões foram alvo de muitas críticas, já que demonstraram ser um mecanismo de corrupção. A Invetex e Alcasa que tinham a promessa de dar controle operário até hoje não aconteceu. Sanitarios Maracay foi devolvida aos patrões. A Inveval é uma promessa de reais mudanças, entretanto, é fruto da luta de classes e da organização do proletariado e não da ação estatal, na medida em que para os próprios operários, este Estado juntamente com a direção da PDVSA boicota suas ações em relação à venda das válvulas, que deveriam ir para a PDVSA, principalmente.

Os operários estão organizados e buscam não só direitos sociais, mas o poder. Estas políticas de controle de fábrica pelos operários não é algo específico do governo venezuelano de Chávez, já que acontecem em outros países da América Latina como Argentina e Brasil. Sendo assim, não poderíamos dizer que isso o caracterizaria como revolucionário, mas no limite como uma possibilidade em aberto para as classes trabalhadoras, já que a construção do socialismo depende só dela e de sua tarefa revolucionária.

Referência:

- BLANCO, C. *Revolucion y desilusion: Venezuela de Hugo Chavez*. Madrid: Catarata, 2002.
- BORGES, A. *Venezuela: originalidade e ousadia*. São Paulo: Anita, 2005.
- INVEVAL, *ENTREVISTA* realizada por Mariana de Oliveira Lopes com operários componentes do Conselho de Fabrica da Inveval, Los Teques, Miranda, 2008.
- ELLNER, S. *Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” Del movimiento de Hugo Chávez*, In *Cuadernos Del Cendes* año 23 n. 62 Mayo Agosto, 2006
- ELLNER, S. *Neoliberalismo y antineoliberalismo en America Latina: el debate sobreestrategia*, Caracas: Editorial Tropykos, 2005.
- LENIN, V. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOLINA, E. C. *Qué és y hacia donde va La revolución bolivariana?* Mérida-Venezuela: Imprenta de Mérida, 2006.